

DOI: <https://doi.org/10.61895/pl.v17i33.19720>

A UTOPIA SERTANEJA DE AMELIA RODRIGUES: LITERATURA E ATIVISMO CATÓLICO FEMININO

Ana Paula Vosne Martins

Universidade Federal do Paraná

Email: ana_martins@uol.com.br

Resumo

Entre o final do século XIX e começo do XX a professora baiana Amelia Rodrigues, tornou-se muito conhecida como escritora de romances, livros infantis, peças teatrais, poesias, ensaios, conferências e artigos para a imprensa. Este artigo propõe uma reflexão a respeito de um de seus livros mais conhecidos, *Mestra e Mãe*, publicado em 1898. Neste livro Amelia Rodrigues não só defende as capacidades femininas pela educação e a religião, mas recria um mundo sertanejo assentado na ordem, na unidade e na religião católica. Crítica à modernidade e à desordem das cidades, Amelia Rodrigues arquiteta uma utopia sertaneja para defender o catolicismo, os valores morais, a hierarquia, a ação social e o exemplo moral das mulheres cristãs. O artigo pretende problematizar o conceito de utopia conservadora, nos marcos do ativismo feminino católico, bem como a noção de espaço moral, representado, no livro, pelo sertão.

Palavras-chave: literatura; utopia; conservadorismo.

THE SERTÃO UTOPIA OF AMELIA RODRIGUES: LITERATURE AND FEMALE CATHOLIC ACTIVISM

Abstract

At the turn of the 20th century, Bahian teacher Amelia Rodrigues became widely known as a writer of novels, children's books, plays, poetry, essays, conferences, and press articles. This article reflects on one of her best-known books, *Mestra e Mãe* (Tutress and Mother), published in 1898. In the book, Rodrigues not only advocates for female preponderance in education and religion, but also recreates a Sertão world based on order, unity and catholic faith. A critic of modernity and urban disorder, Rodrigues designs a Sertão utopia in which the predominant ideas and values are based on Catholicism, hierarchy, social work, and high female Christian moral standards. This article intends to discuss the concept of conservative utopia within the frame of female catholic activism, as well as the notion of moral domain, represented, in the book, by the Sertão.

Keywords: literature; utopia; conservatism.

Amelia Rodrigues (1861-1926) nasceu no distrito de Oliveira dos Campinhos, município de Santo Amaro, no Recôncavo Baiano. Ainda jovem e solteira, mudou-se com a mãe viúva para a cidade de Salvador, onde exerceu o magistério e passou a ser conhecida no meio letrado católico por seus livros e artigos publicados na imprensa católica. Foi um nome de destaque do movimento feminino católico brasileiro, que iniciava sua organização em Salvador e em algumas outras cidades brasileiras na primeira década do século XX, com a finalidade de mobilizar as mulheres em defesa do catolicismo restaurador por meio de causas moralizadoras e de interesse da Igreja Católica.

Este artigo trata de uma dimensão da militância católica de Amelia Rodrigues, que não foi uma prática intelectual isolada. Trata-se da inserção de mulheres na cultura escrita católica, uma prática muito incentivada pelos intelectuais laicos, conforme se nota pelo crescimento expressivo de livros, jornais e revistas em diferentes países católicos, entre eles o Brasil. O engajamento ativo dos laicos no movimento ultramontano de restauração católica desde os papados de Gregório XVI e Pio IX, teve ampla adesão de intelectuais, homens de elite na sua maioria, do qual também participaram as mulheres, que reconheceram no chamado de ação uma oportunidade de protagonismo social e de expressão de suas ideias sobre a sociedade, a cultura e a religião.

Amelia Rodrigues foi uma destas ativistas católicas que ampliou as margens de ação para além do associativismo caritativo. Manifestava-se publicamente sobre assuntos que eram de interesse da Igreja, defendendo os valores morais cristãos e tomando a palavra para expressar suas ideias e incentivar as mulheres católicas a não se recolherem silenciosas aos seus lares entre preces e afazeres domésticos. Deveriam desempenhar o papel de soldados de Cristo num mundo que parecia cada vez mais à deriva. Era urgente a ação católica e as mulheres tinham muito a contribuir para este movimento, como defendeu incansavelmente Amelia Rodrigues.

Considero sua escrita uma dimensão da ação intelectual, com objetivos bem delimitados no enfrentamento de uma causa e de uma verdade que, no caso do catolicismo restaurador, era uma verdade transcendente e orientada por Roma, mas com efeitos muito práticos no tempo presente, no cotidiano e nas instituições. Destaco o que chamo de atitude intelectual, ou seja, a expressão de ideias, conhecimentos e posições ideológicas fundamentadas na tradição católica e indissociável da ação (Ferreira, 2007).

Neste artigo analiso um dos mais conhecidos livros da professora-escritora, o romance intitulado *Mestra e Mãe*, publicado pela primeira vez em 1898. Para a escrita deste artigo recorri à edição *post mortem* de 1929, publicada pela editora dos Salesianos, de Salvador, que se encontra na Biblioteca Nacional. O livro foi lido por pesquisadoras dos estudos literários e feministas como uma interpretação católica e conservadora do lugar moral e social das mulheres, valorizando as virtudes morais como a bondade, a humildade, a modéstia, a obediência e, principalmente, a fé. Amelia exalta estas virtudes femininas ao construir a protagonista do romance, é certo, mas ao mesmo tempo a agência conservadora é fundamental no enredo para o fortalecimento de um dos pilares da noção de ordem social para Amelia, a educação.

A análise que proponho se afasta em parte deste *script* da idealização feminina pela adequação ao papel da professora e mãe. Isto está mais do que demonstrado em outros estudos (Almeida, 1986; Alves, 1998; Queiroz, 2003; Passos, 2005). Interpreto este texto de Amelia como uma utopia, ou o desenho de uma sociedade ordenada, cujos pilares de sustentação são a religião e a educação, representados pelas personagens do padre Martins e da professora Maria das Mercês. A história se passa no sertão da Bahia, que Amelia descreve de maneira muito positiva, não como um espaço idílico, ou idealizado para o futuro, mas um lugar ordenado e pacífico, no qual as diferenças sociais e raciais convivem harmoniosamente sob a égide da disciplina e da moralidade cristã, uma realização da educação racional e religiosa conduzida pela protagonista feminina.

Assim, diferentemente da definição de sertão por oposição, seja ao litoral urbanizado, seja à noção de civilização, marcada pela negatividade do atraso, do isolamento, dos mandonismos e da violência, o sertão que Amelia apresenta neste livro é um espaço pleno de potencialidades dadas pela natureza, mas principalmente pelas pessoas, porque eram pessoas simples, algumas até meio rudes devido à falta de educação, mas sem os vícios tão presentes nas cidades grandes. Amelia opera com a oposição do espaço do sertão ao espaço urbano, invertendo os valores, atribuindo ao sertão qualidades naturais e humanas, como se fosse um espaço ainda intocado pela dissolução dos costumes, pela feiura e a decadência das cidades. Talvez fosse ainda um lugar marcado pela rudeza e a ignorância, que podiam ser corrigidas pelas luzes da fé e do conhecimento.

É importante lembrar algumas datas. Em 1897 Belo Monte foi destruída pelo Exército Brasileiro no sertão da Bahia. A experiência social e religiosa da comunidade de Belo Monte e a figura de seu líder, Antonio Conselheiro, estiveram presentes na imprensa, com descrições muito negativas do lugar e das pessoas, associadas ao banditismo, à barbárie e ao fanatismo religioso (Ribeiro, 2013; Almeida, 2022). No ano seguinte, em 1898, Amelia Rodrigues publicou o livro *Mestra e Mãe*. Seguramente ela soube dos acontecimentos em Canudos pela imprensa, afinal nesta época ela vivia em Salvador e era uma pessoa muito bem informada dos acontecimentos do país e do exterior, como seus artigos e cartas demonstram muito bem, sendo uma leitora ávida de jornais. Não foi localizado nenhum texto dela sobre Canudos, pelo menos não nos jornais de maior circulação nos quais ela publicava seus artigos, nem na imprensa católica. Assim, é notável que em seu primeiro romance, ambientado no sertão baiano, ela tenha construído uma imagem absolutamente oposta àquelas que circulavam na cultura escrita sobre o sertão e os sertanejos.

Na primeira parte deste artigo apresento a escritora e sua inserção na cultura escrita católica. Na sequência apresento o enredo do livro, destacando suas personagens mais importantes e os principais temas desenvolvidos. Na terceira e última parte, desenvolvo o conceito de utopia sertaneja como utopia conservadora à luz da militância católica de Amelia Rodrigues e de seu ideal de sociedade, na qual as mulheres teriam um papel ativo e transformador.

Amelia Rodrigues, uma católica militante

As investigações que venho realizando desde 2015 sobre mulheres das elites cujo protagonismo social se deu pela filantropia me levaram a interpelar criticamente uma visão estereotipada e limitada do que chamo de agência feminina conservadora. Nos estudos sobre o conservadorismo sobressaem as abordagens institucionais, ou as biografias de intelectuais e políticos brasileiros, como se o conservadorismo se restringisse ao mundo masculino das ideologias políticas. As mulheres conservadoras estariam fora desta abordagem institucional, ocupando um espaço residual (ou marginal) do conservadorismo, como meras reprodutoras da ideologia conservadora no espaço privado, na religião e na filantropia.

Pouco se conhece sobre esta agência feminina conservadora na sociedade brasileira, embora tenha sido importante não só para o fortalecimento e a incorporação de valores morais das

elites políticas e do catolicismo. Foi, igualmente, muito importante para a inserção respeitável e justificada das mulheres no espaço público, tanto pela benemerência, quanto pela inserção na cultura escrita.

Embora as católicas brasileiras não tenham conseguido organizar um movimento feminino laico de massa como ocorreu na França e na Itália no início do século XX, houve algumas lideranças de destaque cujas trajetórias biográficas são indiciárias do delicado equilíbrio entre a adequação e o protagonismo, entre a obediência e a autonomia. Organizações femininas católicas criadas no começo do século XX no Brasil foram predominantemente voltadas para a ação social, embora as mulheres católicas com mais preparo intelectual e religioso tenham participado de organizações mistas e das publicações para a divulgação da doutrina católica. Tal se deu com a professora e escritora baiana Amelia Rodrigues, que se inseriu de forma ativa no meio católico soteropolitano e carioca, granjeando reconhecimento e prestígio por meio do uso da palavra, algo não usual para a maioria das mulheres brasileiras do começo do século XX.

Em 1919 ela já era reconhecida e afamada e se encontrava para uma temporada no Rio de Janeiro com o objetivo de ampliar a experiência associativa de mulheres católicas da qual ela havia sido uma das lideranças em 1910, na cidade de Salvador, com a criação da Liga Católica das Senhoras Baianas. Além deste ambicioso projeto, a estadia de Amelia no Rio de Janeiro e em Niterói se deu também pelas relações que estabeleceu com o movimentado meio editorial católico pela defesa da boa imprensa, nomeadamente a casa editorial dos padres salesianos localizada em Niterói, que publicou muitos de seus livros e outros tipos de escritos.¹

Em seus artigos é possível perceber como Amelia compreendia o processo de emancipação feminina como algo incontornável, no entanto, temia que a emancipação se desviasse pelo que chamava de mau caminho, ou seja, uma emancipação sem os freios da autoridade e da moral, que afastasse as mulheres do lar, da família e da religião. Seu conceito de emancipação era delimitado pelo que chamava de deveres peculiares do sexo [feminino], pois apesar de Amelia valorizar as capacidades morais e intelectuais das mulheres, ela não concebia uma individualidade feminina autônoma. Sua concepção de emancipação estava enquadrada pelos valores católicos e conservadores (Rodrigues, 1919, p. 2).

¹ Estas publicações constam do acervo do Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa na cidade de Barbacena, Minas Gerais.

A emancipação que ela defendia requeria a participação feminina no mundo público como uma extensão dos deveres morais até então restritos ao mundo da casa e da família. Amelia e tantas outras mulheres conservadoras que viveram a intensidade das mudanças sociais e culturais da virada do século XIX para o XX, consideravam que as mulheres tinham capacidades para atuar em um mundo cada vez mais complexo e desafiador a partir de suas qualidades ditas naturais e morais, aperfeiçoadas e mesmo ampliadas pela educação. Portanto, a emancipação feminina nos quadros referenciais do conservadorismo, requeria educação escolar de qualidade, sólida formação moral e religiosa, conhecimento dos problemas sociais e disposição para agir no mundo, mas de forma orientada pela autoridade religiosa, superior em suas finalidades espirituais de salvação e de restauração cristã da sociedade.

Amelia reconhecia que esta emancipação feminina conservadora já estava em curso pela ação das heroínas modernas, mulheres que ela definia como portadoras de traços enérgicos, nobres e firmes, dedicadas a um trabalho perseverante para o alívio dos sofrimentos e a distribuição dos bens morais. Estas heroínas modernas eram as mulheres que começavam a ganhar destaque, reconhecimento e visibilidade devido à organização de um movimento feminino católico internacional que contava com o apoio da Igreja e diretamente do Papado.

Amelia Rodrigues conhecia bem e admirava este movimento feminino internacional, tendo representado o Brasil pela Liga Católica das Senhoras Baianas na recém-criada Federação Internacional das Ligas Católicas Femininas, em agosto de 1910, em Bruxelas, além de ter participado de várias associações religiosas na Bahia (Passos, 2005). Seus artigos publicados na imprensa católica frequentemente mencionavam este movimento internacional procurando estimular as católicas brasileiras a criar uma organização nacional com os mesmos objetivos e a se engajarem na mesma militância pela restauração católica.

Ela se destacou no meio católico brasileiro do começo do século XX não porque tenha sido a única voz feminina a lutar pela causa da restauração, afinal havia outras escritoras católicas como Stella de Faro e *Ancilla Domini*, pseudônimo de Hilda Leite Guimarães, uma reconhecida escritora cuja produção se deu entre 1912 e 1916, ano de seu falecimento (Martins, 2016; Santos, 2017). O destaque de Amelia Rodrigues se deve ao tom combativo e incansável que adotou em sua escrita militante na década de 1910, mas também pela mudança relativa ao protagonismo público feminino, inclusive defendendo o voto feminino, posição esta que ela só assume a partir de 1919.

Amelia demonstrou, em seus artigos publicados na imprensa católica, estar alinhada com o apelo clerical para que os laicos, homens e mulheres, participassem intensamente da restauração católica na sociedade brasileira, conforme se pode ler na Carta Pastoral Coletiva dos bispos brasileiros publicada em 1890:

Somos cerca de 12 milhões de brasileiros e destes, segundo os cálculos sem dúvida exagerados dos nossos próprios adversários, quinhentos mil apenas pensam livremente sobre religião ou pertencem a comunhões religiosas dissidentes. Assim onze milhões e quinhentos mil católicos de um lado, quinhentos mil a-católicos de outro! Tal é a situação. (...) Ah, que não haja, pois, mais entre nós tantos católicos só de nome. Haja-os, e muitíssimos, verdadeiros, práticos, conseqüentes, sinceros; para quem a Religião não é uma prática superficial, intermitente, uma vã cerimônia que apenas nos leva meia hora nos domingos e em que ninguém mais pensa; mas uma crença verdadeira, séria; um sentimento profundo, que nos prende todos inteiros pelo fundo das entranhas, nos acompanha por toda a parte e domina como uma regra suave e inviolável todo o movimento da nossa vida doméstica e social, privada e pública (Pastoral Coletiva, 1890, pp. 35-16; 118-119).

Era este catolicismo prático e ao mesmo tempo profundamente espiritual que Amelia Rodrigues defendia com a sua escrita, um catolicismo militante no sentido de alertar as mulheres a deixarem a passividade de lado e ampliarem seus objetivos para além da devoção e das obras de caridade. Para ela as mulheres católicas tinham um importante papel a desempenhar na restauração como agentes, o que requeria formação religiosa e intelectual, como também disposição para o protagonismo público, fosse pelas obras de ação social, fosse pela palavra falada e escrita.

Embora seja uma escrita alinhada à orientação e à hierarquia clerical, seu conservadorismo não impunha limites estreitos às mulheres. A escrita militante de Amelia Rodrigues é reveladora dos paradoxos do conservadorismo feminino, por um lado tão marcado pelo conformismo e a obediência, mas por outro, mobilizador da ação das mulheres no mundo público pela religião, educação, profissionalização e principalmente pelo acesso à palavra.

Analisei os diferentes textos de Amelia Rodrigues – literários, ensaísticos, jornalísticos, conferências e cartas – não como expressão de uma “escrita feminina”, como se fizesse parte de uma subcultura literária produzida por mulheres, mas sim como uma escrita situada de uma mulher que encontrou na palavra pública escrita e falada, um instrumento poderoso de ação. Nesse sentido, a ação de Amelia Rodrigues foi uma ação militante porque foi produzida, em grande parte, como resposta ao problema da mudança, algo central na resposta católica às rápidas transformações entendidas como ameaça à ordem hierárquica e espiritual.

A ação católica foi compreendida como uma ação de combate às mudanças e aos inimigos da Igreja. Embora a cultura do agir não tenha sido restrita aos movimentos conservadores, como bem analisou Ferreira (2007), entre os católicos, que se sentiam encurralados pelas políticas liberais e democráticas desde meados do século XIX, a cultura do agir adquiriu colorações e vocabulário militar e de combate, de modos de ser e de agir militantes, recuperando a etimologia e a história da militância católica, que recua até o contexto da Reforma no século XVI, ou quiçá ao tempo das Cruzadas.

A palavra escrita e falada foi parte fulcral do combate às mudanças indesejadas e ameaçadoras à ordem social e espiritual do catolicismo e foi esta a maior e mais notável contribuição de Amelia Rodrigues ao agir pela palavra militante. De acordo com Ferreira, “a militância católica surge, em toda a sua amplitude, como exercício real de uma intervenção sócio-política, alimentada por motivações ideológicas e espirituais: sentido e significação da vida” (2007:25 e 26).

Em todos os escritos de Amelia Rodrigues a militância católica e conservadora está presente de forma consciente e calculada. A interpretação que faço destes textos é pela agência conservadora de uma mulher que enuncia um discurso de adesão às estruturas sociais, políticas e religiosas, defendendo as normas e a hierarquia. A agência conservadora esteve muito distante da passividade obediente, afinal, para mulheres como Amelia Rodrigues a obediência e a submissão à ordem transcendental e à autoridade masculina, não significavam passividade. Amelia e suas contemporâneas do movimento católico feminino internacional foram muito ativas em defesa de um projeto universal, mas ao fazê-lo alargaram os limites de gênero nos quais viveram, atuando no espaço público, exercendo influência social e política, alcançando reconhecimento e prestígio.

Tais são as ideias e o projeto de ordem que estão presentes no livro *Mestra e Mãe*. O enredo e a construção das personagens parecem, à primeira vista, se adequarem a um modelo tradicional e conservador de gênero e de sociedade, mas a leitura que proponho deste livro e de sua escritora, recorrendo aos conceitos de agência e de utopia conservadora, problematizam as margens e possibilidades da ação e de como o pensamento conservador lida com o processo da mudança sem negá-la, procurando conduzir seu tempo e sua direção.

Ingá-Assú, um mundo bom para se viver

A quarta edição do livro *Mestra e Mãe*, de 1929, à qual recorri para análise neste artigo, foi publicada pela Editora Nossa Senhora Auxiliadora, de Salvador, sob a direção dos padres Salesianos que se instalaram na capital da Bahia em 1900 com a fundação do Lyceu Salesiano de Salvador, localizado na Praça Conselheiro Almeida Couto, no bairro Nazaré. Amelia Rodrigues foi uma ardorosa defensora da vinda dos Salesianos a Salvador como se pode constatar nas cartas que ela trocou com padres da congregação que já se encontravam em Niterói desde 1883.² Além da sua atuação como Cooperadora Salesiana³ para conseguir o terreno no qual seriam construídos o Liceu e a moradia dos padres, Amelia teve uma longa parceria intelectual com os salesianos, contribuindo na revista *Leituras Católicas* e publicando livros pela editora dos religiosos (Azzi, 1983).

Esta edição tem capa colorida e conta com várias ilustrações das principais cenas narradas ao longo dos capítulos. Percebe-se o cuidado editorial, afinal se tratava de uma publicação já conhecida, que alcançou notoriedade não só pelo público leitor, afinal já havia três edições desde 1898, mas também porque foi adotado oficialmente pelo governo da Bahia para leitura escolar da terceira e quarta série, projetando nacionalmente o nome da escritora baiana (Queiroz, 2003). A quarta edição tem 344 páginas e o livro é dividido em quatro partes, como capítulos breves, não numerados, com títulos que expressam o tema desenvolvido em cada um deles, como *Nem só de pão vive o homem*; *Os preconceitos de Augusta*; *Não faças aos outros o que não queres que te façam*; *Pagar o mal com o bem*, entre outros, alguns mais objetivos e descritivos, outros mais de cunho moral e religioso.

² Tive acesso a 23 cartas de Amelia Rodrigues endereçadas a religiosos salesianos, de 1895 a 1911. As cartas estão no Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa na cidade de Barbacena e no Instituto Feminino da Bahia, em Salvador.

³ Cooperadores/ras Salesianos são leigos que conheciam a Congregação de Dom Bosco e sua dedicação à educação da juventude, apoiando-os com recursos materiais e campanhas, como a da aquisição para o terreno do Lyceu.



Figura 1 - Capa do livro *Mestra e Mãe*, 1929. Biblioteca Nacional

A capa ilustra o momento em que a protagonista é encontrada por um grupo de meninas, quase à beira da morte, sendo confundida com uma mendiga. É uma ilustração simples, de fácil compreensão, especialmente para o público leitor que Amelia tinha em mente, as adolescentes. O desenho deste importante episódio da história sintetiza alguns dos temas mais relevantes e desenvolvidos no livro. Ao fundo, no ponto de fuga e convergência do olhar, a igreja; como moldura do grupo feminino, a natureza; e no primeiro plano, as meninas amparando uma mulher alquebrada pelo sofrimento e a idade.

A autora escreve o prefácio como se fosse uma carta endereçada às leitoras, intitulada *Às jovens brasileiras*. Neste prefácio-carta, Amelia escreve em primeira pessoa, dizendo que sua intenção era contribuir para a educação das meninas para que elas amassem a virtude e a instrução: “Trabalhareis com vontade, com afinco, no vosso aperfeiçoamento moral e conseguireis ser boas, e sereis a glória de vossa família, a honra de vosso sexo, sereis dignas cidadãs de nossa grande Pátria, que de vós espera a geração futura” (Rodrigues, 1929: p.8).

Já de partida a autora explicita sua compreensão do alcance da educação para as meninas. Não se tratava de uma definição estritamente intelectual, livresca, ou beletrista, mas com uma finalidade cívica e patriótica. Amelia compartilhava uma concepção de educação feminina

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 17, n. 33, jul. - dez. 2023
ISSN: 1982 -193X

difundida pelos educadores católicos de que as meninas deveriam ser educadas não exclusivamente para seus futuros afazeres domésticos e maternos, mas para contribuir com o seu país e com a civilização, consolidando seus pilares, como a religião, a cultura e a expressão sentimental do patriotismo, bem de acordo com o pensamento conservador do século XIX. Assim, é compreensível que a protagonista feminina de seu livro seja descrita como uma professora com sólida formação guiada pelos bons livros, pela orientação familiar e a religião. As credenciais intelectuais, morais e religiosas da protagonista a talharam para ser a mestra das meninas num lugar bom, mas que precisava ser cultivado pelo conhecimento e a moralidade cristã.

Na primeira parte do livro ela descreve o lugar. A origem é a fazenda Ingá-Assú, no sertão baiano. A terra era boa com variedade de plantas que cresciam viçosas e fortes, atraindo trabalhadores. Seu proprietário, o velho Martins, é descrito como sendo “um sertanejo apaixonado pelo bem”. Ele arrendava a terra para quem quisesse nela trabalhar e que fosse de bom proceder. Não era um fazendeiro obtuso, nem violento, nem insensível. A única exigência que fazia aos arrendatários era o bem proceder, “porque uma ovelha má deita o rebanho a perder”, pensava ele (Rodrigues, 1929: pp 9 -10).

O lugar prosperou pelo trabalho e pela diversidade de atividades, como a agricultura, pecuária, o comércio e as oficinas de ferreiro e carpinteiro. Esse é o passado de Ingá-Assú. O presente da narrativa se inicia com a morte do velho Martins e a chegada de seu filho e herdeiro, o Padre Martins. Ele é descrito como um homem de ideias, culto, jovem e entusiasta. Abandonou a capital, na qual poderia ter conseguido cargos importantes na Igreja, para se dedicar à sua terra e gente sertaneja, juntando a vocação de missionário ao patriotismo. Padre Martins é uma personagem de grande importância no começo da narrativa, pois é o elemento organizador, pacificador e disciplinador da comunidade, sempre pregando a boa nova do Evangelho. Ele exercia a autoridade no local e em nenhum momento Amelia se refere a uma autoridade civil, somente à autoridade do Padre Martins. Amelia descreve a autoridade como sendo uma capacidade de ordenar tudo e todos pela palavra e pelo exemplo, pois Padre Martins era um homem que abominava a violência, inclusive aquela praticada contra os animais. Amelia assim o descreve:

Não tardou em tornar-se o ídolo dos seus agregados. Fronte larga e branca, olhar suave e profundo, alto e esbelto, sempre de batina preta, impunha-se docemente ao amor e à veneração. Conversava com os sertanejos, ria com os velhos vaqueiros, lembrando o tempo de menino, quando trepava nas árvores, ou corria a cavalo,

estouvadamente, em risco de cair. (...) Chegou a encolerizar-se um dia, ele, tão manso, contra um vaqueiro, porque metera as esporas num cavalo muito velho e o ensanguentara. Lavou ele mesmo as feridas do animal, afagou-o, deu-lhe de comer com as próprias mãos, como para compensá-lo de haver sofrido (Rodrigues, 1929: p.11).

Amelia apresenta o padre Martins quase como um São Francisco do sertão, que mesmo sem ser muito bem compreendido pela delicadeza de seus sentimentos com os animais, conseguia amolecer a rudeza da gente grosseira, domesticando e educando homens rudes, valentões e de pele queimada pelo trabalho de sol a sol (p.11). Reforçando a extensão e a aceitação de sua autoridade, Amelia chega a dizer que o padre era a polícia do local, mas sem armas e nem violência. Bastava seu olhar para apaziguar os conflitos. Ali prevalecia a máxima do Evangelho de não fazer ao próximo aquilo que que não deseja que façam contra si. Foi padre Martins que mandou construir uma pequena igreja no local, dedicada à Sagrada Família e a São José, modelo para os pais de família, os trabalhadores e os pobres (p.13).

Todos viviam sob o jugo do Padre Martins, um “doce jugo”, nas palavras de Amelia, expressando sua visão de sociedade ideal: “uma colônia moralizada, feliz, trabalhadora, dócil, um modelo de colônia. Parece que ressuscitou naquele homem um dos santos jesuítas domadores de selvagens. É o Anchieta moderno, a caridade em forma humana!” (1929, p. 14).

Sob a autoridade do padre Martins o lugar cresceu ainda mais e prosperou com a diversificação das atividades do comércio e de uma pequena indústria. Mas, faltavam escolas em Ingá-Assú. A instrução dos meninos ficava a cargo de um professor, um homem severo, mas que desejava o bem para seus alunos. As meninas eram educadas em casa pelas mães, aprendendo as tarefas domésticas e os trabalhos de agulha. Houve uma professora que foi contratada pelo padre Martins para ensinar as meninas, mas ela abandonou o posto de trabalho porque não queria viver no sertão. Amelia dedica palavras muito duras para as professoras que não queriam ir para o sertão, dizendo que não eram patriotas:

O campo é tão belo, tão sadio, tão bom. E ainda que não fosse, minhas jovens leitoras, o amor da pátria deve sobrepujar todas essas pequeninas preferências que o hábito explica, porém não justifica. Ensinar é tão belo como aprender. Repartir com os outros o cabedal do espírito é uma nobilíssima tarefa; servir à pátria – um dever sagrado. De que vale, diante da grandeza dessa missão e desse dever, a satisfação mesquinha de viver na cidade uma vida inútil, ociosa, vulgar? As almas generosas e grandes sacrificam-se pelo bem; as almas acanhadas e incapazes de compreender o sacrifício, atolam-se no seu egoísmo como a rã no charco e porque isso lhes é cômodo, julgam proceder perfeitamente (Rodrigues, 1929: p.16).

Fiel ao seu estilo direto e sem meios termos, Amelia condena as jovens professoras que não querem abandonar a cidade, chamando-as de inúteis, vulgares e até comparando-as às rãs, atoladas no seu egoísmo. Nesta admoestação rigorosa aparece a oposição entre sertão e cidade, demarcando as boas qualidades do espaço sertanejo chamado de campo, associado à beleza, à saúde e à moralidade das coisas simples, enquanto a cidade já aparece como um charco. Em apoio às ideias da autora sobre as cidades, padre Martins as reforça: “Uns infernos, as cidades. Insalubres, quentes, mal alimentadas, barulhentas. Ruas quase sem sol e sem ar. Só para os ricos, que esses em toda parte estão bem” (p.17).

Apresentado o lugar ordenado, saudável e belo, de gente ordeira e temente a Deus, sob o doce jugo do padre Martins, a autora passa a apresentar a personagem que vai promover boas e necessárias mudanças em Ingá-Assú: Maria das Mercês. Ela é encontrada por um grupo de meninas, deitada junto a uma árvore. Estava muito magra, tinha os cabelos brancos e as roupas estavam em farrapos, parecendo uma mendiga, assim pensaram as meninas. Euphrosina, a filha de um capitão viúvo que fora viver em Ingá-Assú, muito bondosa, se compadeceu da mulher, deu de comer e beber e a apoiou, ajudando a levá-la para junto do padre e do capitão.

Depois de recuperar as forças, a mulher conversou com o padre, contando como foi parar naquele lugar. Explicou que veio do Ceará com o marido, fugindo da seca. No caminho foram roubados, o marido morreu e ela iniciou sua andança sem rumo pelo sertão. Todos ficaram impressionados com ela e com sua dignidade, apesar dos farrapos que vestia.

Passados alguns dias a mulher não parecia mais aquela mendiga encontrada pelas crianças. Tinha por volta de 60 anos, vestia-se com modéstia e inspirava simpatia em todos. Seu rosto demonstrava a bondade e o sofrimento. Era muito diferente das outras mulheres do lugar, mas não era altiva. Seu nome era Maria das Mercês e contou que tivera boa fortuna no passado.

Maria das Mercês estava hospedada com o capitão e sua filha. Elas se aproximaram e numa conversa com o Padre Martins sobre a educação de Euphrosina, o capitão expressou sua preocupação com a escolha de um colégio para enviar a filha. Não queria uma educação frívola, mas prática. Na conversa Maria das Mercês pergunta ao Padre se ele era contra a educação moderna, ao que ele responde:

Não confunda. Sou inimigo dos maus colégios e das moças embonecadas. Quero a mulher dona de casa, modesta, trabalhadora. A mulher forte, que leio na Escritura.

Mas creio que tirar a mulher desta posição que Deus e a natureza lhe marcaram, não é progredir, mas retrogradar. E estou nisso com todos os homens sensatos do mundo. Aprecio as belezas da educação moderna e detesto os seus defeitos. Fazer da companheira do homem um manequim de salão, é atrofiá-la, torcer o seu destino, mudar o seu papel, preparar o descalabro da família. Alguns colégios, infelizmente, é o que fazem, e você, aqui no sertão, não sabe qual deles são dignos de sua escolha. Não acha que tenho razão, D. Mercês? (Rodrigues, 1929: p. 36).

Sabendo que o padre procurava por uma professora para educar as meninas de Ingá-Assú, ela contou que estudou quando ainda era solteira e que poderia ir ensinando enquanto não chegasse uma professora habilitada. Euphrosina expressou a alegria em ser sua primeira discípula, afirmando: “Vai ser minha mestra. Fica no lugar da mamãe” (p.38).

A velha e abandonada escola foi reformada e após a inauguração recebeu as filhas dos comerciantes, dos fazendeiros, mas também das pessoas pobres, como a órfã de um soldado que morreu na Guerra do Paraguai e a filha de uma indígena, que vivia de seu trabalho na terra. Na escola de Maria de Mercês, as meninas de classes sociais diferentes conviviam sem discriminação. O ensino ministrado pela professora visava a formação intelectual inseparável da formação moral e esta se fundamentava na religião.

Maria das Mercês inicia sua missão de mestra, pedindo às crianças que a chamassem de vovó, afinal “mestra é quase o mesmo que mãe” (p.65). Quanto ao método da mestra, era uma mistura de tudo que encontrou nos diversos autores que considerou de qualidade. Não exigia das alunas, especialmente das mais novas, grandes esforços; preferia o exercício da reflexão, da compreensão e do julgamento, do que a prática da memorização. Ensina a leitura e a escrita. Sobre sua experiência para ensinar, nunca frequentou escola de formação para professoras. Aprendeu como autodidata para ensinar seus filhos, “lendo o que havia escrito de melhor sobre a educação na Alemanha e na França e ... viajei um pouco” (p. 75 e 76).

Os capítulos seguem os temas e situações presentes nas lições da professora, incutindo nas crianças valores morais e cristãos por meio de exemplos e fatos envolvendo as suas alunas e combatendo erros e maus comportamentos como a vaidade, o orgulho, a mentira, a injustiça e os preconceitos. Sobre os preconceitos, há uma passagem na qual Maria das Mercês se refere aos antepassados da mãe de uma de suas alunas, a indígena Yara, que foram cativos no passado. Então, Amelia Rodrigues faz uma interrupção na narrativa para se dirigir às suas leitoras:

Os ‘brancos’ tinham, antigamente, leitoras, o criminoso costume de apanhar os pobres indígenas e cativá-los, nos tristes tempos em que se podia comprar e vender em nossa terra a mercadoria humana. Essa barbaridade começou desde as primeiras colonizações do Brasil. Sua origem foi a desmarcada ambição dos colonos, que viam naquelas infelizes criaturas poderosos auxiliares de sua riqueza como trabalhadores – e bons trabalhadores – que eram. Os jesuítas, dedicados pais espirituais dos selvagens, que eles próprios vinham catequisar e amansar à custa da própria vida, opunham-se tenazmente a semelhante injustiça; reclamavam ao rei de Portugal, exortavam, pregavam, tudo de balde. Isso, porém, é uma página da história dos tempos coloniais. Consultai os documentos dessa época e ficareis inteiradas minuciosamente de tudo, se é que não o estais (Rodrigues, 1929: p. 152 e 153).

Apesar da crítica aos colonizadores e à escravização das populações que viviam na terra, é notável como Amelia separa os processos de dominação e exploração do que ela chama de catequização dos selvagens. Amelia demonstra aqui e em muitos outros textos seus a profunda admiração pelos missionários e, entre eles, especialmente os jesuítas. Sua narrativa histórica reforça a oposição binária entre os homens maus, os colonizadores, e os homens bons, os soldados de Cristo e entre eles, os selvagens indígenas que somente a religião poderia resgatar da escravidão, da selvageria e dos preconceitos dos brancos.

O tempo passou e a mestra adoeceu. Ela formou as meninas do lugar pelos princípios cristãos, desenvolvendo o amor à pátria e preparando-as para exercerem os papéis que delas era esperado na sociedade. Sua sucessora na escola foi a aluna órfã do voluntário da pátria, Gabriela, enquanto as últimas lições no leito da mestra moribunda foram para a bondosa Euphrosina, sobre o casamento e a maternidade. Assim, Amelia Rodrigues aponta dois caminhos para as mulheres, ser professora, especialmente para as desvalidas pela sorte, como a jovem Gabriela que vivia com a mãe pobre e viúva, ou o casamento e a maternidade, destino de Euphrosina, a filha do capitão. Os dois caminhos eram bons e desejados, afinal ser mestra era uma forma também de ser mãe, como ensinou Maria das Mercês, uma maternidade alargada, cívica e patriótica.

Dirigindo-se novamente às leitoras, Amelia conclui o livro:

Não sei se vos agradou meu livro, nem a mestra que nela pretendi esboçar. Se, por ventura minha, assim foi, resta dizer-vos que o meu maior desejo é que realizeis nalguma parte a escola do Ingá-Assú, inspirando-vos, como D. Mercês, nos princípios salutareis da religião, que não são rotineiros nem atrasados, porque o ensino da Verdade, bem que imutável, é sempre belo, sempre benéfico e sempre bom, como a mesma Verdade. Amaí, pois a religião, difundi a instrução, a luz que poderdes, e prestarei com isso um grande serviço à reorganização moral de nossa amada pátria, fazendo ao mesmo tempo caminho para a Pátria Imortal (Rodrigues, 1929: p. 343 e 344).

Pela construção dos dois personagens principais de seu livro, o padre e a mestra, Amelia não só defende os valores cristãos e patrióticos, mas desenha uma sociedade imaginada em pequena escala na qual a religião e a educação são os pilares de uma comunidade que não era igualitária, mas que também não convivia com grandes discrepâncias e nem abrigava os conflitos sociais porque todos se submetiam à disciplina e à ordem mantidas pela autoridade do padre Martins, uma metáfora da religião como o princípio ordenador. A participação da professora Maria das Mercês acrescenta um componente diferencial para aquela comunidade imaginada, pois a educação racional e religiosa das meninas, futuras esposas, mães e professoras, representava o equilíbrio para uma sociedade ordenada pela razão, pelos bons sentimentos e pela fé católica.

O sertão como o lugar da utopia conservadora

O mocho de Minerva somente alça seu voo quando chega o crepúsculo'. [Hegel] Na mentalidade conservadora o 'mocho de Minerva' realmente só inicia seu voo com a escuridão que se aproxima (Mannheim, 1986: p. 255).

O livro *Mestra e Mãe* pode ser lido como uma peça discursiva da reprodução da ordem religiosa e social e também da ordem do gênero fundada na naturalização do lugar social das mulheres pela maternidade, seja ela efetiva, seja ela metaforizada pela sentimentalização das professoras e de seu trabalho. Não discordo desta interpretação, mas proponho que este livro seja interpretado à luz de outros escritos de Amelia Rodrigues, especialmente os artigos e as cartas. Ela foi uma pensadora e escritora que esposava as ideias e os valores conservadores fundamentados na ordem transcendente do catolicismo e na ordem social e política das autoridades instituídas. Mas, essa adequação à ordem não tornou a escritora uma conservadora passiva, ou avessa à crítica, afinal ela foi uma leitora ativa e arguta observadora da realidade e de seu tempo. Considero Amelia uma conservadora moderna.

As leituras de textos religiosos e de autoria de intelectuais católicos brasileiros e estrangeiros municiaram a escritora não só para compreender os fatos, os acontecimentos e as mudanças, como também para elaborar o seu próprio quadro de referências e de instrumentos para a crítica à realidade. Assim, a escrita de Amelia não pode ser lida somente pela adequação, ou pela reprodução da ordem, mas pela insatisfação e pelo desejo que ela e seus contemporâneos católicos nutrissem pela reorientação e a restauração de uma ordem que lhes parecia ameaçada

por muitos inimigos, já identificados pelos papas do movimento ultramontano e contra os quais todos os católicos verdadeiros em sua fé deveriam encetar as armas da devoção renovada, da organização e do discurso.

A realidade observada por Amelia a desagradava. Com a Proclamação da República e a separação da Igreja e do Estado, a percepção das mudanças fora muito negativa para os católicos de maneira geral e, em particular, para o clero e os laicos que se alinharam ao que fora definido pela hierarquia eclesiástica como o combate entre as forças da Igreja e do Cristo e as forças desagregadoras da religião e da sociedade. Naquele contexto finissecular, a ordem social parecia aos católicos estar sob ameaça devido à velocidade e à direção das mudanças, portanto, se fazia urgente controlar o movimento da mudança, direcioná-la a fim de fortalecer uma ordem que, se não fora subvertida, ou mesmo destruída, abria espaços para ações e vozes perigosamente críticas à velha ordem tão amada pelos defensores da Igreja Católica e da derrotada monarquia. É certo que não se tratava de restaurar a monarquia, mas sim salvar uma visão de mundo fundamentada na transcendência espiritual cristã, na hierarquia religiosa, nas tradições e nas instituições que alcançaram o presente como um legado da herança dos antepassados, como a Igreja, a família e o Estado, mas igualmente as práticas e formas de viver orientadas pela moral cristã e pelo respeito às tradições.

Esse passado idealizado pelos conservadores católicos lhes parecia ameaçado pelas mudanças, pelo progresso sem direção e pelas inovações modernizadoras que, como uma tempestade, poderia afetar, ou mesmo destruir instituições, valores e formas de viver. Foi contra essas mudanças que Amelia escreveu e falou em suas conferências. Amelia não foi uma reacionária que desejava parar o progresso e voltar a um passado idílico e imaginado, mas uma conservadora para quem as mudanças, sendo inevitáveis e talvez até necessárias, deveriam ser controladas e conduzidas por aqueles que compreendiam que as coisas terrenas e efêmeras faziam parte de um plano misterioso e universal, o plano divino. As ações e decisões de lideranças políticas, de intelectuais e de formadores da opinião pública não podiam ser contrárias à transcendência espiritual e à salvação, reforçando uma visão de mundo tradicional na qual a religião é um dos fundamentos da vida individual, coletiva e mesmo da ordem política. Portanto, os escritos de Amelia e de seus contemporâneos da mesma fé, não foram antiprogressistas. O que desejavam era orientar a direção e a velocidade das mudanças, como pilotos de um navio que poderia chegar a um bom lugar, ou soçobrar nas tempestuosas águas do progresso sem a direção da religião e da moral cristã.

Assim, considero que o livro *Mestra e Mãe* possa ser compreendido como a projeção de um pensamento desiderativo por um modo melhor de viver no tempo presente e pela arregimentação de forças morais e sentimentais derivadas das ações individuais e orientadas pela fé e a razão, a religião e a educação. Este livro constrói um mundo ordenado, estável e harmonioso, uma utopia conservadora que se organiza não numa ilha em oceano desconhecido, mas no sertão.

Pode parecer estranho associar as palavras utopia e conservadorismo na mesma frase, talvez fosse mais apropriado associar o segundo termo à ideologia. No entanto, considero que ambas, ideologia e utopia são expressões da imaginação social e cultural, seguindo Paul Ricoeur (1986), e como tal podem ser afirmação ou contestação de uma dada ordem. Desde o século XIX a ideologia é definida como o conjunto de valores e ideias que defendem e legitimam a ordem social e política, enquanto a utopia seria o discurso contrário à ordem presente, um pensamento desiderativo de criação de uma nova ordem social, fundada nos valores opostos às ideologias e ao pensamento social e político hegemônico.

Recorrendo novamente a Ricoeur (1986), a relação entre ideologia e realidade é de conexão e não de distorção ou dissimulação, ou seja, explica e legitima a realidade, enquanto a utopia deveria ser problematizada não por sua função, ou forma, mas sim pela ideia de não-lugar, pela possibilidade de imaginar outras realidades e experiências de viver e de ser. Segundo Ricoeur, a função básica da utopia é desenvolver novas e alternativas perspectivas de vida, lembrando um traço fundamental das utopias, a ficcionalidade da criação imaginativa, presente desde os primeiros escritos utópicos do Renascimento, dando origem a um novo gênero literário, a escrita utópica. A utopia é pensamento crítico desiderativo, mas é também um gênero literário, tem autoria individualizada, e essa ficcionalidade amplia as possibilidades de imaginar outras realidades relativas aos mais diferentes temas e outros lugares para se viver.

Retomando a associação entre utopia e conservadorismo, Karl Mannheim reconhece um tipo de mentalidade utópica, a mentalidade utópica conservadora

A mentalidade conservadora, como tal, não detém nenhuma utopia. Em termos ideais, acha-se por sua própria estrutura completamente em harmonia com a realidade sobre a qual, por hora, mantém domínio. (...) Somente o contra-ataque de classes oponentes e a sua tendência a romper com os limites da ordem existente irá motivar a mentalidade conservadora para questionar as bases de seu domínio, ocasionando necessariamente, entre os conservadores, as reflexões histórico-

filosóficas concernentes a eles mesmos. Surge, desta forma, uma contra-utopia que serve como um meio de auto-orientação e de defesa (Mannheim, 1986; p. 256).

Mannheim se refere à utopia conservadora como um pensamento desiderativo de reação, ou um pensamento que chega tarde, uma contra-utopia, mas que projeta um ideal que não é de retorno ao passado, nem de projeção para um futuro distante. O que Mannheim chama de mentalidade conservadora é o conhecimento sobre o que existe a partir da ameaça ao presente e ao passado, conforme a citação que fez de Hegel a respeito do voo do mocho (coruja) de Minerva, que na interpretação de Mannheim só ocorre quando as ameaças da tempestade do progresso e da mudança se aproximam, afinal a coruja, símbolo da sabedoria, teria a capacidade de ver no escuro. Assim, a utopia conservadora seria a defesa do tempo presente das ameaças modernizadoras a uma forma consolidada de vida e dos costumes herdados do passado. A utopia conservadora é a defesa do que existe e se o presente está ameaçado, as feridas devem ser cuidadas e as doenças curadas. Segundo a interpretação de Mannheim, a utopia conservadora não cria o novo. Ela defende o antigo, tanto pelo seu respeito e apego ao passado, quanto pela convicção de que o passado se encontra no presente, por isso requer defesa. A defesa se organiza pela política conservadora, mas também pela capacidade imaginativa de seus porta vozes, em particular os/as intelectuais e os/as escritores/ras conservadores, como Amelia Rodrigues.

Uma contribuição importante à problematização da utopia conservadora vem da socióloga Ruth Levitas, pesquisadora do campo dos estudos utópicos. Procurando superar as dificuldades colocadas pelas definições clássicas do pensamento social a respeito da utopia, Levitas (2010) propõe o desejo como categoria central e constante a qualquer tipo de utopia, e não o sonho, ou a fantasia, ou somente a imaginação ficcional. Utopia diz respeito ao desejo de um modo de ser e de viver melhor do que o conhecido, portanto, a utopia está relacionada à realidade e ao presente, que devem dar lugar ao modo melhor de viver.

Levitas questiona as definições de Mannheim e de Ricoeur, em particular a reação à mudança na mentalidade ou no pensamento conservador. Mudanças são necessariamente qualitativas e para a mentalidade conservadora o problema não reside na mudança em si, mas no seu conteúdo, no seu projeto e na sua finalidade. Segundo Levitas, o desejo de setores conservadores por uma sociedade melhor, segundo seus parâmetros de ordem, autoridade e tradição, é indissociável da mudança, portanto, é possível, sim, a utopia conservadora, afinal todos os elementos estão presentes: o desejo de um modo melhor de viver; a indução da

mudança por diferentes estratégias, como a conquista do poder; e a difusão de sua visão de mundo pela cultura. Levitas afirma que a utopia não é necessariamente oposicional, pode ser uma expressão do desejo conservador de controlar as mudanças e determinar sua direção.

É desta forma que interpreto a projeção do pensamento desiderativo católico de Amelia Rodrigues no livro *Mestra e Mãe*. O modo de vida almejado pela escritora é essencialmente conservador porque se sustenta na ordem, na disciplina, na harmonia social, na obediência e na moralidade cristã. Amelia e muitos pensadores católicos contemporâneos desejavam uma nova ordem social, em oposição ao mundo em que viviam, considerado corrupto, dissipado, injusto, imoral, violento, ou seja, a descrição do mundo invertido, de cabeça para baixo, imagem tradicional que historicamente foi invocada em discursos religiosos e mesmo seculares para mobilizar as ações que deveriam corrigir o mundo, criar uma nova ordem.

Nesse sentido é que se pode pensar numa utopia conservadora. É um pensamento que se constrói como oposição ao mundo invertido; como tal, não enfatiza a ação individual. O indivíduo é um agente num plano superior, como o padre Martins e a mestra Maria das Mercês. Não enfatiza também a liberdade, mas sim as instituições. No caso de Ingá-Assú, a Igreja, a família e a escola. Mais importante do que o indivíduo e a liberdade são os corpos coletivos (Igreja, Família e Nação), a autoridade e a tradição da qual o presente e o futuro são herdeiros. O livro de Amelia não apresenta o desenho racional e detalhista de uma sociedade perfeita e igualitária. Amelia esboça muito mais os princípios de uma utopia cristã, orientada pela fé, a caridade e a esperança da correção das condutas de seres humanos imperfeitos, mas que poderão ter uma vida melhor se forem orientados pela religião e a educação.

Neste esboço católico de um modo de ser e de viver melhor, o espaço não é um mero detalhe, afinal a utopia não pode acontecer num espaço corrupto, num charco, para usar uma palavra de Amelia. A vida melhor, para a autora, poderia ser alcançada num lugar afastado dos estímulos malsãos das cidades, que afastavam as pessoas de uma vida disciplinada e regada pela moral cristã. Ela não dá muitos detalhes, sequer dá maiores informações sobre o lugar, apenas que Ingá-Assú ficava às margens do Rio São Francisco, o que está longe de qualquer precisão, tendo em vista a extensão do rio no Estado da Bahia. A informação mais importante é que ficava no sertão, distante da cidade.

Pelas palavras do Padre Martins, já citadas, Amelia constrói a cidade grande e impessoal como o oposto do sertão. Tanto neste livro como em outros escritos posteriores Amelia

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 17, n. 33, jul. - dez. 2023
ISSN: 1982 -193X

Rodrigues demonstra seu desagrado com as cidades. Um exemplo desse desagrado está numa de suas cartas endereçada ao Padre Alberti, diretor do Colégio Santa Rosa, em Niterói, datada de 13 de outubro de 1909. Ela pergunta se o padre não gostaria de vir a passeio a Salvador, mas emenda: “Bem sei que não vale a pena, pois tudo aqui é velho, feio e rabugento, desde o serviço da Light até a diretora do I.M.A. Em todo caso, outros têm vindo e acham algumas coisas boas, ao menos o vatapá. Dê um pulinho até cá para ver o Lyceu Salesiano e as nossas velhas igrejas” (Rodrigues, 1909). Nota-se aqui a ironia da escritora, muito presente em seus textos críticos. A cidade é velha, tudo parece ser feio e intratável, até ela mesma, que na época da escrita da carta era a diretora do IMA, Instituto Maria Auxiliadora. Mas, talvez ainda restassem coisas boas em Salvador, como a comida e as velhas e belas igrejas.

Se as cidades, em particular a cidade de Salvador, pareciam ser um meio corrupto, um ambiente tóxico, de maus costumes, como as festas profanas, Amelia se volta para o sertão da Bahia, imaginando um lugar bom, a ficcional Ingá-Assú, saudável, livre dos estímulos malsãos que tanto a incomodavam na cidade. O sertão é o lugar ainda intocado, onde o tempo parece escorrer mais lentamente, uma espécie de tábula rasa na qual as diferenças sociais não são tão gritantes, não sendo os ricos tão ricos e nem os pobres, tão pobres e miseráveis, abandonados à sua própria sorte. O sertão vislumbrado por Amelia Rodrigues é um mundo de trabalho, de riquezas comedidas, de disciplina, de abundância da terra, no qual predomina a autoridade religiosa, não de um beato, mas de um representante legítimo da Igreja, o sacerdote ordenado.

Nessa utopia conservadora, como professora que foi, Amelia coloca outro agente estabilizador que raramente se encontra nas escritas utópicas: a mulher. É notável o protagonismo da professora. Sua agência não é de uma mulher ambiciosa, ou arrogante, afinal tinha viajado e lido muitos livros. Sua agência é emanção de suas virtudes morais e da religião que a orientava em tudo que fazia. É muito importante destacar que Amelia constrói essa personagem em equilíbrio com a personagem do padre Martins. Em nenhum momento a descreve como inferior, ou dependente do clérigo. É bom lembrar que foi ela que ofereceu seus préstimos de professora. Ambos desempenham seus papéis, cada qual com seus predicados. Juntos representam os princípios ordenadores daquela sociedade em pequena escala. Maria das Mercês é tão importante quanto o padre Martins, sendo uma agente do aperfeiçoamento intelectual, que ensina a leitura, a escrita, que mostra a beleza e a regularidade da Natureza às suas alunas, mas também orienta o aperfeiçoamento moral.

O sertão de Amelia Rodrigues é belo, fértil, verde e povoado de homens e mulheres morigerados, disciplinados, fiéis. Aqueles que ainda não são assim, o serão, pois a autoridade e a verdade da religião e da educação vão orientá-los e transformá-los, ou então serão punidos, como ocorre com algumas personagens recalcitrantes.

O sertão descrito por Amelia Rodrigues é espaço físico, social e moral. Um bom lugar, uma utopia de modo vida ordenado e disciplinado, que não afronta a ordem, pelo contrário, é uma utopia restauradora da ordem e do bem viver, em consonância com o catolicismo restaurador da Igreja, tão defendido por Amelia Rodrigues. Ingá-Assú é uma utopia sertaneja da ordem, da unidade e da moral cristã construída pela escrita militante de Amelia Rodrigues, com um protagonismo feminino semelhante àquele que as suas heroínas modernas e ela mesmo tiveram. É importante destacar que na sua utopia sertaneja e cristã as mulheres não são apenas esposas e mães. São agentes morais exercendo uma profissão adequada a elas; uma profissão honesta e cívica que revela a orientação conservadora da modernidade defendida por Amelia Rodrigues.

Referências

- ALMEIDA, Maria Amélia F. de. **Feminismo na Bahia. 1930-1950**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Salvador, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1986.
- ALMEIDA, Moisés Diniz de. **Para que não haja novos Canudos: a imprensa de Pernambuco e suas narrativas sobre o Contestado, Caldeirão e Pau de Colher**. 2022. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022
- ALVES, Ivya. **Amelia Rodrigues; itinerários percorridos**. Salvador: Núcleo de Incentivo Cultural de Santo Amaro, 1998
- AZZI, Riolando. **Os salesianos no Brasil à luz da História**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1983
- FERREIRA, Antônio Matos. **Um católico militante diante da crise nacional**. Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914). Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2007
- LEVITAS, Ruth. **The concept of utopia**. Bern: International Academic Publishers, 2010
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986

- MARTINS, Ana Paula Vosne. Disciplina e piedade: o movimento feminino católico brasileiro no começo do século XX. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Ano IX, N.26, setembro/dezembro de 2016. PP. 185-207
- PASSOS, Elizete. **Amelia Rodrigues**. Salvador: Editora da UFBA, 2005.
- PASTORAL COLLECTIVA. **O Episcopado Brasileiro ao clero e aos fiéis da Igreja do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1890. PP.35, 36, 118, 119
- QUEIROZ, Milena Britto de. **Entre a cruz e a caneta**; a vida e a produção literária de Amélia Rodrigues. Tese de Doutorado em Letras. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003
- RIBEIRO, Esther Sanches. A guerra de Canudos na Imprensa e na literatura: ideologia e cientificismo. **Grau Zero — Revista de Crítica Cultural**, v. 1, n. 2 - 2013. Salvador, 2013
- RICOEUR, Paul. **Lectures on ideology and utopia**. New York: Columbia University Press, 1986
- RODRIGUES, Amelia. Às senhoras brasileiras. **A União**, 2 de março de 1919. P.2
- RODRIGUES, Amelia. **Carta de 13 de outubro de 1909**. Salvador: Instituto Feminino da Bahia
- RODRIGUES, Amelia. **Mestra e mãe**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Nossa Senhora Auxiliadora, 1929
- SANTOS, Fernanda Cássia dos. **Entre o altar e a fogueira**: relações de gênero na censura católica a romances. (1907-1924). Tese de Doutorado em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017.

Recebido em 2023-09-29

Aprovado em 2023-12-04

Publicado em 2023- 12 -30